Aumenta de 9 para 11 número de vereadoras eleitas no Grande ABC

Apesar do crescimento na quantidade de mulheres nas Câmaras da região na próxima legislatura, representatividade feminina ficará em apenas 7,3%

Angelica Richter Natasha Werneck

A representatividade feminina seguirá baixa nas Câmaras do Grande ABC em 2025. Apesar da renovação média de 36% na composição dos Legislativos no próximo ano, apenas 11 mulheres foram eleitas no último domingo, o que representa 7,3% das 150 cadeiras da região. Hoje, as Casas de Leis das sete cidades têm nove vereadoras, 6,3% das 142 vagas.

A Câmara de São Bernardo terá o maior número de mulheres a partir de janeiro. Foram eleitas cinco vereadoras, três a mais do que no pleito de 2020. Ana Nice (PT) e Ana do Carmo (PT), ambas reeleitas, além de Nina Braga (PL), Sandra do Leite (Podemos) e Luana Eloá (MDB), vão compartilhar espaço com os 23 vereadores eleitos.

Diadema elegeu duas vereadoras para 2025, aumentado de uma para duas as cadeiras ocupadas por mulheres. Foram eleitas Patty Ferreira (PT) e Fernanda Durães (MDB). As outras 19 cadeiras serão ocupadas por homens.

A Câmara de Santo André, que aumentou o número de cadeiras de 21 para 27 partir de 2025, continuará apenas com Ana Veterinária (PSD), que foi reeleita. São Caetano terá menos duas vereadoras em 2025, apesar de ter aumentado de 19 para 21 o número de vagas. Apenas Bruna Biondi (Psol), que se reelegeu como a mais votada na cidade (5.848 votos), representará o público feminino.

A Câmara de Ribeirão Pires continua com Amanda Nabeshima (PP), reeleita, e receberá, a partir de 2025, Fernanda Henrique (PT), permanecendo com duas vereadoras. Os Legislativos de Mauá e Rio Grande da Serra, que contavam com uma vereadora cada, não terão mulheres em sua composição.

DESIGUALDADE

Segundo o cientista político e professor de Políticas Públicas da UFABC (Universidade Federal do Grande ABC), Ivan Filipe de Almeida Lopes Fernandes, o aumento de apenas um ponto percentual no número de vereadoras eleitas no ABC em relação à atual legislatura pode ser explicado pela distribuição desigual de recursos para as campanhas e pelo machismo institucional ainda inerente à política.

“A lei que estabelece o percentual mínimo de participação de gêneros nas eleições não fixa um percentual de recursos para repasse às candidaturas. Com isso, o dinheiro fica concentrado nas mãos das lideranças dos partidos – que, se forem machistas, farão chegar pouco ou nenhum recurso para as candidatas”, pontuou.

Segundo a Lei das Eleições, cada partido ou coligação deve preencher o mínimo de 30% para candidaturas de cada sexo nas eleições para Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais.

Para o especialista, o maior número de mulheres eleitas representa avanço no combate à desigualdade. Porém, ressalta que é necessária uma revisão na legislação. “É lento, mas já vemos uma melhora. Porém, será necessário que se obrigue os partidos a fazer uma distribuição mais igualitária de recursos entre homens e mulheres para melhorar mais rapidamente esse quadro. O processo eleitoral já é difícil. Sem recursos, fica quase impossível”, pontuou.

<https://www.dgabc.com.br/Noticia/4169075/aumenta-de-9-para-11-numero-de-vereadoras-eleitas-no-grande-abc>

Veículo: Online -> Site -> Site Diário do Grande ABC - Santo André/SP

Seção: Política